

Ano 5, Vol IX, Número 2, Jul-Dez, 2012, Pág 270-283.

AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR INTERFACES COM A EDUCAÇÃO BÁSICA

Andréia da Silva Quintanilha Sousa

RESUMO: Este artigo é resultado do tema proposto para a mesa-redonda do I Encontro Nacional de Pesquisa e práticas em educação (ENAPPE) intitulado “O papel da universidade e a sua articulação com a Educação básica”, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Acredita-se que o tema somente está sendo proposto e legitimado por um evento científico dessa envergadura porque há prioridade política que se definam os papéis desses espaços formativos. Quais são as articulações que movem a universidade e a educação básica? Como se trata de tema de grande amplitude e complexidade tomamos como referência a análise da política de formação de professores e professoras para atuar na Educação Básica, na modalidade a distância, buscando delimitar os marcos regulatórios e as políticas que consubstanciam a análise. Não seria demais insistir que a universidade é o espaço de produção do conhecimento e deve procurar responder a necessidades sociais amplas, numa contínua aproximação do real e sem a pretensão de respostas definitivas. E ainda, é oportuno observar que a apresentação da política de formação de professores em relação ao que se entende por universidade no Brasil está longe de haver um consenso. É bom que assim o seja, pois a universidade é o espaço propício para o contraditório, pois o pensamento único cabe nos regimes totalitários.

Palavras- Chaves: Política educacional superior – Educação básica – Formação de Professores.

HIGHER EDUCATION POLICY AND THE INTERFACE WITH THE ELEMENTARY EDUCATION: IN FOCUS THE FORMATION OF TEACHERS IN LONG DISTANCE TEACHING

ABSTRACT: This article is the result of the proposed theme for the panel discussion of the I Encontro Nacional de Pesquisa e Práticas em Educação (ENAPPE), National Meeting of Research and Practice in Education, entitled “The role of the university and its articulation with the elementary education”, held at the Federal University of Rio Grande do Norte. It is believed that the theme legitimated by a scientific event of such importance confirms the priority of definitions of the roles of these formative spaces for social emancipation. What are the articulations that move the university and the elementary education? As it is a question of great extension and complex we took into consideration the analysis of the policy in the formation of teachers to work in Elementary Education, in the modality of long distance teaching, via Universidade Aberta do Brasil (UAB), Open University of Brazil, aiming to delimitate the regulating marks and the policies that consolidate the support of the Public Higher Education Institution (IPES) to the UAB System. It is important to state that the university is the space of the production of knowledge and so must supply the broad social needs, in a continuous approach of the reality without the intention of definite responses. Also, it is important to observe that the presentation of the policy of the formation of teachers in the modality of long distance teaching, in relation to what is understood by university in Brazil, it is far from the existence of a consensus. Maybe it is good the things are how they are for the university is the proper space for the contradictory, once the unique thought fits the totalitarian systems.

Key words: Higher Education Policy – Elementary Education – Formation of Teachers in the Modality of Long Distances Teaching.

1 Introdução

O tema proposto para a mesa-redonda do I Encontro Nacional de Pesquisa e práticas em educação (ENAPPE) intitulado “O papel da universidade e a sua articulação com a Educação básica” nos levou - primeiramente - a questionar o uso da palavra “articulação”, pois nos estudos da linguagem com o pensamento social e político as palavras não emanam de um livre “jogo de idéias nas cabeças das pessoas”, mas retratam uma prática social que está enraizada na estrutura social, material e concreta daquela sociedade. Assim, o uso da palavra “articulação”, do latim (*articulatio*) mais usado na anatomia, significando juntura dos ossos, pode ser entendida metaforicamente como a união de “partes”, logo esses dois espaços formativos universidade e educação básica, tal qual os ossos, precisam de articulação para se movimentar perfeitamente.

Como assevera Fairclough (2008) as metáforas penetram em todos os tipos de linguagem e em todos os tipos de discursos, mesmo nos discursos científicos e técnicos, pois as metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos de uma forma penetrante e fundamental.

Nesse sentido, se as articulações são constituídas por superfícies que estabelecem a junção de dois ou mais ossos e por uma série de estruturas periarticulares que garantem a sua união, cabe questionar como se unem a universidade e a educação básica, quais são as estruturas existentes que garantem a união?

Dentro das possíveis estruturas de articulação enfocaremos a união da universidade pública e a formação de professores para educação básica, através da modalidade a distância. Dentro dessa delimitação podemos levantar alguns questionamentos que nos levam a pesquisar sobre a temática. Não temos a pretensão de responder todos os questionamentos, pois como afirma Nosella (2005) precisamos voltar a valorizar a dúvida e a pergunta como método, mesmo que para alguns isso pareça falta objetividade científica. O poder estabelecido preferem as afirmações bombásticas, sem réplicas e sem trélicas “preferem as metáforas às entrevistas abertas, os discursos pré-fabricados ao diálogo ao vivo [...] frases peremptórias, absolutas, fechadas, autoritárias [...]” (NOSELLA, 2005, 228).

Concordo com Nossella, precisamos recupera a pedagogia da dúvida, os questionamentos e os debates abertos, com réplicas e trélicas. É preciso ter a

coragem para perguntar, pois essa é a função primordial do intelectual, do educador: fazer perguntas e valorizar as dúvidas.

Nesse artigo daremos algumas pistas, mas certamente deixaremos mais perguntas sobre a articulação da universidade pública e a formação de professores da educação básica no modalidade a distância.

2 Qual o papel da universidade e do professor universitário?

Um dos eixos estruturantes da universidade pública é o de assumir compromisso, através das ações de ensino, pesquisa e extensão, de formar profissionais e de produzir conhecimento nas diferentes áreas. Além de articular demandas e necessidades da sociedade com a definição das propostas curriculares dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação, e das pesquisas a serem realizadas e incentivadas com financiamento e apoio institucionais.

A organização da universidade, em seu espaço estrutural, funda-se na unidade da ciência refletida na multiplicidade das áreas do conhecimento e seus currículos. Entendendo currículo como um produto social e cultural, resultante de um processo que envolve relações de poder entre os segmentos sociais, ao definir e organizar os saberes e os conhecimentos em disciplinas. Essas últimas servem para distribuir status, poder e autoridade. Para fundar especializações e habilidades, para demarcar hierarquias entre especialistas. Como as mudanças atuais no estatuto do conhecimento científico e com a crise epistemológica da classificação da ciência afeta a estrutura tradicional da universidade? Como o professor universitário tem exercido seu fazer docente nesse contexto?

O papel do professor universitário está sendo exercido com apatia e conformismo, dissimulação e convivência, com fé totalitária e ceticismo, de forma compassiva e permissiva, tudo ao mesmo tempo. Tal constatação, se verdadeira, torna-se obstáculo para as atividades de ensino e de pesquisa dos docentes.

Peter Berger escreveu a obra intitulada “*Invitation to sociology: a humanistic perspective*”, em 1963. No Brasil, ela foi traduzida em 1973 e recebeu o título de “*Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*”. **Na página 180 ele afirma que parece evidente que a competição na universidade é mais selvagem que a da Madison Avenue. Nessa mesma obra Peter Berger afirma que o professor universitário**

[...] escreverá as coisas que têm possibilidade de serem publicadas nos lugares certos, tentará conhecer aqueles que circulam pelas fontes do patrocínio acadêmico, preencherá as lacunas de seu currículo com o mesmo afimco que o jovem executivo [...]. A universidade muito se assemelha à Igreja em sua suscetibilidade à sedução pelos poderosos do mundo. Entretanto, os membros das universidades, tanto quanto os eclesiásticos, adquirem um complexo de culpa depois que a sedução se consuma. A velha tradição ocidental da universidade como sede de liberdade e verdade, uma tradição que se conquistou com sangue e com tinta tende a reafirmar seus valores diante de uma consciência aguilhoada (BERGER, 1976, p.181).

Após meio século, a atualidade do texto acima é evidente. Entretanto, com menos “complexo de culpa”. Parece que grande parte dos professores universitários se rendeu a essa realidade, sem qualquer “dor na consciência” ou perplexidade ideológica. Pelo contrário, a maioria se compromete parcimoniosamente e seletivamente com os assuntos relevantes que envolvem a política universitária. Muitos reconhecem os engodos políticos, mas optam por não se pronunciarem, “para evitar a perseguição”, Será mesmo que chegamos a esse ponto? Não é possível conviver na Universidade com o contraditório? A universidade não é mais o espaço propício para o debate de ideias? O lugar em que temos sede “da liberdade e verdade”? Devemos em teoria defender a pluralidade de ideias e na prática o conformismo e o autoritarismo?

A tensão pode ser evidenciada nos problemas epistemológicos da ciência, nas escolhas pedagógicas e na política administrativa. Em outros termos, a própria organização e estrutura das universidades podem se tornar obstáculos para se alcançar os objetivos e as metas da instituição. Mas, quais objetivos e quais metas as Universidade públicas almejam?

Penso que à universidade cabe realizar a mediação entre ciência e a sociedade. O avanço da ciência e da tecnologia e as transformações da sociedade são evidentes. No mundo global a universidade deve acompanhar status atual das ciências e atender às demandas sociais. Entretanto, a universidade tem um conjunto de demandas muitas vezes contraditório, precisamos agir nesses espaços de contradição.

O comportamento científico dominante, dentro dos parâmetros de uma racionalidade instrumental contribuiu para a visível destruição e submissão do ser humano, no seu desencantamento das relações sociais.

Seria ingênuo ou até mesmo romântico querer reviver o estágio antigo de uma visão única do saber humano, capaz de integrar a diversidade das ciências hoje existentes.

Em vez de insistir neste objetivo não mais viável, está se intensificando o debate em torno da possível reconstrução de pontes entre as diferentes áreas do conhecimento para equacionarmos a crise de identidade que vivem as Universidades.

Diante da complexidade crescente dos problemas que se colocam, é fato que uma só expectativa aos inúmeros questionamentos que estão postos não consegue abarcar a totalidade. A necessidade de novas cooperações e diálogos científicos visa buscar saídas para as nossas inquietações e a Universidade é o *locus* privilegiado para tal tarefa.

Nesse passo, a relação dialógica entre diferentes áreas do conhecimento ou no caso dessa mesa entre os espaços formativos nos levam a seguinte indagação: o que se pode esperar da articulação universidade e educação básica no tocante a formação de profissionais voltados para educação, na modalidade a distância?

É fundamental que se discuta mais consequentemente a política educacional dentro das instituições ensino superior, secretarias de educação, conselhos e sindicatos, pois esse é um processo em permanente construção.

2.1 Articulação Universidade e educação básica: alguns dados para reflexões

Segundo dados do Censo da Educação Superior 2010, resumo técnico disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o Brasil possui 194.932 estabelecimentos de educação básica. Neles estão matriculados um total de 50.972.619 alunos, sendo que 84,5% desse total estão em escolas públicas e 15,5% em escolas da rede privada. As redes municipais são responsáveis por quase metade das matrículas (45,7%), o equivalente a 23.312.980 alunos, seguida pela rede estadual, que atende a 38,2% do total, 19.483.910 alunos. A rede federal, com 257.052 matrículas, participa com 0,5% do total.

Para atender a esse contingente temos 2.039.261 professores cuja formação em nível superior é igual a 74,0%. Os números revelam o quanto a educação superior está

articulada a educação básica pública (INEP, 2012) no tocante a formação de professores. Ver tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Número de docentes atuando na educação básica e proporção por grau de formação – Brasil 2007-2011

Ano	Nº de docentes	Proporção de docentes por grau de formação							
		Ensino fundamental			Ensino médio			Educação superior	
		Incompleto	Completo	Total	Normal com magistério	Normal sem magistério	Total		Total
2007	1.878.284	0,2	0,6	0,8	25,3	5,5	30,8	68,4	100,00
2008	1.983.130	0,2	0,5	0,7	25,7	6,5	33,2	67,0	100,00
2009	1.991.606	0,2	0,5	0,7	24,5	7,0	31,5	67,8	100,00
2010	2.023.748	0,2	0,4	0,6	22,5	8,1	30,6	68,8	100,00
2011	2.039.261	0,2	0,4	0,6	19,0	6,4	25,4	74,00	100,00

Fonte: MEC/INEP/DEED

A política pública das últimas duas décadas busca assegurar que todo professor tenha direito à formação inicial e continuada em universidades públicas.

Para tanto o Ministério da Educação (MEC) defende que o Projeto de formação de professores seja feito em cursos de licenciatura plena cuja concepção nuclear é a competência. Coerente com a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, a pesquisa é apresentada como elemento essencial na formação cuja organização deve ser num sistema federativo de certificação de competência. Assim, temos aproximadamente 530.208 professores para acessar a educação superior. Contudo, os orçamentos não cresceram na mesma proporção da demanda. A necessidade do cumprimento dessas diretrizes - com o mínimo de recursos - impulsiona que tal formação aconteça na modalidade a distância..

Uma breve retrospectiva ratifica a compreensão que essa política vem sendo gestada a partir do governo Fernando Henrique Cardoso e institucionalizada nas IPES nos governos Lula e Dilma Rouseff.

Em 1996, é criada a Secretaria de Educação à distância (SEED) pelo Decreto nº 1.917 de 27/03/1996. Esse Decreto foi revogado, e atualmente está em vigência o Decreto nº 7.690, de 12/03/2012. Por esse novo Decreto a SEED deixa de fazer parte da estrutura organizacional do MEC. Contudo, o novo Decreto nº 7.690, de 12/03/2012

todas as Secretarias passam a ter algum tipo de responsabilidade com a modalidade à distância e com as novas tecnologias da educação e comunicação.

A extinta SEED desenvolveu Programas como TV Escola, Programa Nacional de Informática e Educação (ProInfo), Proformação cujo objetivo é melhorar a formação continuada do professor. Vale lembrar que o Programa Formação de Professores em exercício (Proformação) implementado pela SEED/MEC, em 1999, realizado em parceria com estados e municípios, especialmente nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, promoveu também cursos à distância com duração de dois anos visando habilitar “para o magistério” a fim de elevar o nível de conhecimento e da competência dos professores em exercício e assim, melhorar o processo ensino-estudo-aprendizagem e o desempenho escolar dos estudantes nas redes estaduais e municipais” (MEC, 2012).

Esses programas nos revelam que a melhoria da qualidade do ensino através da ampliação do conhecimento, democratização do acesso às modernas tecnologias e a valorização do professor são vistos pelo Estado como a solução dos problemas da educação básica. Pouco ou nada se fala sobre infraestrutura física ou salários dignos para os professores. Nesse passo, o embrião da Universidade Aberta do Brasil estava sendo formado.

Em 2005 é criada a Universidade Aberta do Brasil (UAB). O sistema UAB é apresentada como um “sistema nacional de ensino superior a distância”, especialmente criado com objetivo de ampliar o contingente de docentes qualificados em nível superior, pois a formação de professores continua a constituir um elemento fundamental para que haja garantia da melhoria do desempenho educacional do país.

A UAB oferece 927 cursos, por meio de 94 instituições públicas de ensino superior integrantes do Sistema. Desse total, 299 correspondem a licenciaturas (SOUSA, 2012).

A abrangência do sistema UAB é constituída por parcerias entre consórcios públicos nos níveis federal, estadual e municipal, com a participação de universidades públicas e demais organizações interessadas. Para entrada no curso do Sistema UAB, o candidato terá de passar por vestibular, qualquer cidadão que concluir a educação básica e tenha sido aprovado no processo seletivo pode cursar o referido sistema. Entretanto, a UAB financia, prioritariamente, cursos de formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

Em maio de 2012, a Plataforma Freire, sistema eletrônico criado em 2009 pelo Ministério da Educação, com a finalidade de realizar a gestão e acompanhamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PAFOR PRESENCIAL E PAFOR A DISTÂNCIA), passa a ser gerida pela CAPES. Nesse sistema eletrônico a CAPES publica a relação dos cursos superiores ofertados pelas Instituições de Educação Superior para professores da rede pública de educação básica. Os professores interessados em participar dos cursos fazem sua pré-inscrição, posteriormente, as secretarias municipais e estaduais de educação validam a pré-inscrição e registram os alunos matriculados, após processo seletivo. A reestruturação do sistema ampliou o registro das informações e além do registro das matrículas, as IPES deverão informar a evasão e serão capazes de realizar a revisão anual do Planejamento Estratégico.

Cabe salientar que o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica preconiza no artigo 3º, inciso VI que a ampliação do número de docentes atuantes na educação básica pública ocorra “preferencialmente na modalidade presencial” em instituições públicas. Contudo, os dados nos revelam outra realidade.

Segundo dados do INEP (2012), temos 380.669 professores da educação básica matriculados em graduação de nível superior. Desse total, 250.355 estão em Instituições de Educação Superior (IES) privada e 130.314 em Instituições Públicas de Educação Superior (IPES). Do total geral de 380.669, 176.625 mil estão na matriculados na graduação a distância. Esses números são do Censo 2010.

A Lei nº 11.502, de julho de 2007 atribui à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a responsabilidade pela formação de professores da educação básica – uma prioridade do Ministério da Educação.

O arcabouço político e legal estimuladas e mediatizadas por organismos internacionais forneceram um tipo de convencimento homogeneizante sobre as causas da crise da educação e seus receituários e prescrições são bem recebidos internamente nas universidades públicas.

A política envolve relações e implicações manifestas nos cursos das deliberações dos governos ou organizações. Uma rede de ações e também de omissões adquirem importância quando se pretende analisar as decisões tomadas pelos sujeitos

sociais. Tais decisões denotam intenções definidas subjetivamente, segundo suas opções ontológicas na elaboração e na execução das políticas.

Assim, as diretrizes políticas para a formação dos professores da educação básica na modalidade a distância - nos últimos vinte anos - são apresentadas como a solução para a melhoria qualitativa do processo educacional brasileiro e ainda como possibilidade de garantia da democratização do acesso à educação superior. Contudo, a democratização do acesso à educação superior numa sociedade com fortes desafios socioeconômicos, como a brasileira, têm limites diante das distâncias entre a igualdade proclamada e a desigualdade “material” que reproduz as suas relações sociais.

De todo modo, tal constatação não pode nos imobilizar e deixar de reconhecer as reais possibilidades que a modalidade a distância pode ensejar. Entretanto, precisamos saber se essa democratização de fato está sendo feita com qualidade, pois o direito social à educação de qualidade é condição essencial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nessa direção, é relevante a avaliação processual.

Certamente que a política de formação de professores nas últimas duas décadas está marcada pela “constelação de interesses” da racionalidade capitalista, esta é pautada pela lógica do lucro e pelo cálculo de custos e benefícios. Não por acaso a modalidade a distância torna-se central, pois ela possibilita atender o propósito de formar à grande demanda reprimida com baixos custos, haja vista que a valorização e qualificação dos professores são consideradas fundamentais para a melhoria da educação e podem assegurar a redução da pobreza.

Sabemos que os conceitos de qualidade em educação variam conforme os interesses, valores e ideologias. O conceito não é neutro, está atrelado às concepções de mundo, sociedade e ser humanos que se deseja formar para construir grupos de interesse. Nesse passo há uma disputa ideológica pela hegemonia do conceito de qualidade na sociedade e no Estado (DIAS SOBRINHO, 2003).

Assim, quando lemos no documento do Banco Mundial intitulado “*Aprendizagem para todos, investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento: estratégia 2020 para educação do Grupo Banco Mundial*” que “[...] os investimentos em educação de qualidade produzem crescimento econômico e desenvolvimento mais rápidos e sustentáveis [...]” (APRENDIZAGEM..., 2011, p. 2). Percebemos que o conceito de qualidade defendido pelo Banco está

atrelado à Teoria do capital humano e a lógica do neoliberalismo, em que o sistema educacional deve ser eficiente e pragmático. Numa perspectiva dialética, podemos perceber que o referido documento *do* Banco Mundial está alinhado com os princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério implantada no Brasil.

A política tomada como objeto de estudo não pode perder de vista o conjunto dos comportamentos, das concepções de mundo e de sociedade dos sujeitos ou grupo no poder, poder definido como a probabilidade de um sujeito ou grupo impor sua vontade a outro, mesmo contra a resistência deste. O poder situado dentro de uma relação social indica a situação de desigualdade que faz com que um dos “atores” possa impor sua vontade ao outro. Estes “atores podem ser grupos” – Estado – ou indivíduos.

Tomando por base a sociologia política de Weber (1999) é possível afirmar que a diferença entre poder e dominação está em que no primeiro caso, o comando não é necessariamente legítimo, nem a obediência forçosamente um dever; no segundo, a obediência se fundamenta no reconhecimento, por aqueles que obedecem, das ordens que lhes são dadas.

Nesse sentido, a premissa de que a sociedade não é apenas uma “coisa” exterior e coercitiva que determina o comportamento dos indivíduos, mas sim o resultado de uma enorme e inesgotável teia de interações entre as partes, nos leva a crer que a política de formação de professores nas últimas duas décadas implica um certo grau de racionalidade (ou irracionalidade) por parte de quem age e, implica também a “obediência” das instituições e indivíduos ou grupos que executam essa ação social racional ao poder instituído.

A política de formação de professores delineadas no período revela que a ampliação da qualidade da educação pode ser garantida se houver acesso do docente à educação superior. Para tanto é preciso envolvimento da universidade como um todo, para garantir a qualidade da formação ofertada.

Cabe questionar: qual o conceito de qualidade defendido na formação do professor na modalidade a distância? Nesse contexto de mudanças aceleradas quais são as bases que sustentam a racionalidade instrumental da “democratização” do acesso ao conhecimento?

Torna-se necessário ampliar o debate e reconhecer a atividade como parte do fazer docente, em cumprimento à política instituída e não apenas “uma opção pessoal” de

alguns professores que necessitam aumentar seus salários defasados mediante o recebimento de bolsa professor-pesquisador ou, ainda, em razão da sua crença “cega” na modalidade.

De fato, o Estado capitalista através do Ministério da Educação passa a trabalhar fortemente pela ampliação e organização da modalidade a distância. Dos primeiros Programas focalizados como o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), o Programa Formação de Professores em exercício (Proformação) à institucionalização via Universidade Aberta do Brasil assistimos o incentivo a implantação da modalidade a distância como política de formação de professores.

A adesão a modalidade a distância - na maioria das IFES - às políticas formação de professores ocorreram com pouquíssimos debates. O tensionamento de forças entre os professores que acreditam que a modalidade a distância pode ampliar a inclusão social e minimizar uma das mais perversas formas de exclusão: a privação do conhecimento aderindo a modalidade como possibilidade prática de qualificar professores, e ainda entendem que deve ser uma atividade bem remunerada e computada em sua carga horária de trabalho e por outro lado àqueles professores que apesar de não acreditar que a modalidade possibilite a produção de um professor da educação básica mais qualificado, ainda sim ministram aulas na UAB apenas para receber as bolsas professor-pesquisador, pois diante de salários aviltados, essa é uma alternativa para quitar seus compromissos financeiros. Temos ainda os que não se envolvem porque não compactuam de “políticas neoliberais”, como se isso fosse possível, haja vista que somos seres históricos e não podemos escapar das contradições e conflitos do nosso tempo. A omissão também é uma forma confortável de transitar nessa trama que estamos envolvidos. Esses e outros dilemas estão postos quando se reflete acerca das políticas de formação de professores nas últimas duas décadas.

Em outros termos, a política de formação de professores delineadas no período revela que a democratização do acesso à educação superior deve ser feita com qualidade. Porém, o conceito de qualidade deve estar atrelado a um espectro mais amplo, que inclui conhecimento, atitudes e valores que constituem o exercício da docência: formação ética, política emancipatória, em defesa de condições dignas de trabalho, tempo para a formação e transparência nas ações.

3 PERGUNTAS FINAIS

É necessário reconhecer a centralidade da modalidade a distância na formação de professores, sua atual institucionalização através da criação do “Sistema Universidade Aberta do Brasil” para não perdermos de vista a questão fundamental: até que ponto a democratização do acesso, via modalidade a distância, está ocorrendo com qualidade? Qual é o conceito de qualidade que está sendo defendido? Qual o sentido da passagem de programas focalizados de formação para um “sistema” institucionalizado, como a UAB? Como às políticas de formação de professores estão sendo recebidas pelas IPES? Há um amplo debate nos departamentos de Educação? Há avaliação formativa dessas licenciaturas, na modalidade a distância? Qual o perfil dos professores universitários envolvidos na formação a distância? Eles têm competência técnica para lidar com essa modalidade de ensino-aprendizagem? O que significa formar professores para educação básica em termos de intensificação do trabalho docente, tanto para o professor da educação básica que está realizando sua formação a distância e em serviço, como para o professor universitário responsável pela formação (que deve cumprir com todas as demandas das atividades presenciais porque recebe uma bolsa)? Todos os Pólos têm infraestrutura necessária para ser Universidade? O que os professores pensam acerca dessa formação?

Essas e outras questões merecem reflexão/pesquisa quando se defende uma política pública de inclusão social, pois o fenômeno da exclusão deve envolver esforços conjuntos do Estado e da Sociedade, nesse âmbito as IPES não devem tratar o tema modalidade a distância como uma opção, e sim como uma realidade política que está posta e que merece acompanhamento sistemático, pois os números revelam sua amplitude e a urgência da inclusão, pois uma das mais perversas formas de exclusão é a privação do conhecimento. Sem ele nos é negada a cidadania.

Como anunciamos na introdução deste artigo, não temos a pretensão de responder todos os questionamentos, pois valorizamos a dúvida e a pergunta como

método. Não me agrada certezas absolutas na Universidade, sem réplicas e sem trélicas, prefiro os debates abertos, colegiados, pois frases fechadas e autoritárias descaracterizam a função primordial do intelectual: **as perguntas e as suas multiplicidade de respostas.**

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter. Perspectiva sociológica: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1973.

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para todos, investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento: estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial.** Resumo executivo elaborado em 2011. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/ESSU/463292-1306181142935/Portuguese_Exec_Summary_ESS2020_FINAL.pdf> Acesso em: 4 abr. 2012.

BRASIL/MEC/INEP. **Censo da Educação superior 2010: resumo técnico.** Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2012.

BRASIL/MEC. **Secretaria de Educação a distância.** Disponível: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=289&Itemid=356> Acesso em: 27 fev. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007.** Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/lei11502.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009.** Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm>. Acesso em: 30 jul. 2011.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012.** Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.htm>. Acesso em: 25 mar. 2012.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996**. Aprova a estrutura regimental eo quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas do Ministério da Educação e do Desporto e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1917.htm Acesso 25 mar. 2012.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2008

NOSELLA, Paolo. **Compromisso político e competência técnica**: 20 anos depois. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 223-238, Jan./Abr. 2005.

SOUSA, Andréia da S. Quintanilha Sousa. Universidade Aberta do Brasil como política de formação de professores. **Revista Educação em questão**, Natal, v.42, n.28, p.119-148 jan/abr..2012.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. vol 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Profa. Dra Andréia da Silva Quintanilha Sousa

Universidade Federal de Rondônia | Porto Velho | Rondônia

Lotação Provisória na Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Departamento de Fundamentos e Política da Educação

aquintanilhasousa@yahoo.com.br

Recebido em 20/11/2012. Aceito em 29/12/12.